

**A roupa velha do novo príncipe:
“Ocasionalidades” da política no Brasil contemporâneo.**

Livia Mourinho¹Mônica Rocha²Teresa Marins³**Resumo**

Este texto é uma reflexão sobre o conceito de partido político, na concepção ampliada, proposta pela perspectiva gramsciana. A reflexão fará um caminho de duas mãos, a primeira de caráter epistemológico ancorando na filosofia da práxis e na construção do significado de partido político traçada no Caderno 13 por Antônio Gramsci, que toma como referência *O Príncipe* de Maquiavel; e a segunda traz como relevância para o debate atual a atuação da Rede Globo de Televisão, através da cobertura jornalística no segundo turno da eleição presidencial de 1989 e da manifestação a favor do *impeachment* da Presidente Dilma em março de 2016, que corroboram para compreender a Rede Globo de televisão como partido político no Brasil contemporâneo.

Introdução

No contexto dos dias atuais no Brasil, fazer uma reflexão sobre a política e seus desdobramentos nos rumos da sociedade é mais do que oportuno, é uma questão de oxigenar não só a pauta do debate político na compreensão do que acontece na vida prática e cotidiana dos brasileiros, mas é oxigenar no sentido de tornar respirável um Brasil que é nosso, tirando-nos de um espaço nublado onde as notícias diárias tentam sufocar o pensamento. Conscientes de que estamos em um momento ímpar de colocar questões que possam auxiliar a reflexão, trazemos luz a este momento nublado e carente de significados.

Trazemos ao conceito de partido político questões que são levantadas considerando que diversas são as variáveis para o conceito na concepção ampliada, proposta pela perspectiva gramsciana, a partir do estudo da Rede Globo de Televisão, ressaltando eventos que paradigmaticamente corroboram para compreendê-la como partido político.

Este texto, ainda com elementos exploratórios, traz à tona mais questionamentos do que afirmações. Contudo, ao questionarmos, tomamos como auxílio o que consideramos como uma teoria consistente para o enfrentamento do que está posto na atualidade política e nossa intenção é de perfilar o conhecimento teórico ao consentimento, à passividade, à

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

² Graduada em Ciências Sociais Universidade Federal Fluminense, Especialista em História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense.

política miúda movida por ocasiões provocadas por sentimentos de grupos fracionados na classe trabalhadora, que se pensa burguesia.

1. O partido político: O Moderno Príncipe como sujeito histórico

Ao longo de sua vida, mas em especial durante seus anos de cárcere (1926 - 1937), Antonio Gramsci (1891 - 1937) se dedicou a analisar e escrever sobre diversos temas, tendo como pontos centrais uma nova concepção de política e Estado. Entre os anos de 1932 e 1934, o intelectual italiano se apropriou das reflexões teórico-políticas de Nicolau Maquiavel (1469 - 1527) conformando uma original interpretação do pensamento e obras deste intelectual. A análise das formulações do “pai da política moderna” levou Gramsci a escrever um de seus principais textos carcerários, o Caderno 13, intitulado *Breves notas sobre a política de Maquiavel*.

Dentre as diversas contribuições que a análise gramsciana traz do pensamento maquiavélico, destacamos como principal o processo de historicização de Maquiavel por Gramsci, compreendendo o “secretário fiorentino” como um homem de seu tempo. Consequentemente, não apenas o pensador, mas também seu pensamento, ganharam base material e histórica conferindo um novo entendimento a noção de política, vista agora como um momento indissociável entre teoria e prática, uma verdadeira práxis. Isso porque, segundo Gramsci, o significado de Maquiavel em seu tempo, assim como os fins de seus escritos, não são puramente “livrescos”, não compõe apenas uma doutrina teórica para os já iniciados politicamente, ao contrário, “o estilo de Maquiavel não é de modo algum o de um tratadista sistemático, como os que a Idade Média e o Humanismo conheceram: é estilo de homem de ação, de quem quer induzir à ação; é estilo de ‘manifesto’ de partido” (GRAMSCI, 2007, C13, §20, p.57).

Diferente das interpretações mais comuns de sua época, e aqui mora um entendimento inovador, Gramsci afirma que se pode supor que os escritos maquiavélicos não teriam como objetivo final atingir os políticos, quem já nasceu na tradição dos homens de governo, mas sim, promover a educação política daqueles que “não sabem”, ou seja, ele se dirige à “classe revolucionária da época, o ‘povo’ e a ‘nação’ italiana” (Ibidem, p. 58), aqueles aos quais se pretende persuadir da necessidade de um líder, afim de fazê-los reconhecer que para se alcançar determinados fins são necessários determinados meios, ainda que tiranos. Nesse sentido, indo ao encontro de Gramsci, Semeraro (2017) também defende que, ao mostrar

como o povo deve agir para alcançar realisticamente seus objetivos, a posição de Maquiavel pode ser aproximada dos teóricos da filosofia da práxis, uma vez que:

A sintonia com a filosofia da práxis emerge não apenas porque esta, também, considera a política uma ciência autônoma e imanente que se contrapõe à religião e à concepção metafísica, mas, principalmente, pelo fato de que a ação política é parte integrante da formação das subjetividades modernas e prerrogativas de todos, principalmente, das massas populares portadoras do poder que democratiza, de fato, a sociedade. (SEMERARO, 2017. p. 41-2).

Entretanto, o que está posto em Gramsci é compreender a possibilidade, em seu tempo, de construir uma direção que dê organicidade a vontade coletiva nacional-popular, tendo em vista o caráter ainda pulverizado e disperso do povo. Assim, partindo do *Príncipe* de Maquiavel, o que Gramsci busca é a materialização histórica, ou seja, o *condottiero* real e não mais o ideal, o príncipe “realmente existente” que, organizando a vontade coletiva nacional-popular, conduza a fundação do novo Estado. Ou seja, um novo/moderno príncipe que, devido às condições históricas

não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade o qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o *partido político*, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2007, C13, §1, p. 16 - grifo nosso).

É então no partido que encontramos o movimento de construção de novas tendências e organização política das classes, de organização coletiva, uma vez que: “o protagonismo desse ‘novo príncipe’ não deve ser o partido em abstrato, uma classe em abstrato, mas um determinado partido histórico, que opera num ambiente histórico preciso, com uma determinada tradição, numa aliança de forças sociais características e bem determinada” (GRAMSCI, 2002, C4, §10, p. 357-8), dando organicidade à vontade coletiva que deve ser entendida como “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2007, C13, §1, p. 17).

A ação política do partido parte, portanto, de dois pontos fundamentais: primeiro, conforme vimos, a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, onde o moderno Príncipe é organizador e expressão ativa na formação da vontade coletiva nacional-popular e, segundo, a reforma intelectual e moral, em que trata da questão religiosa ou de uma concepção de mundo “no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna.” (Ibidem, p. 18).

Cabe ainda registrar que, ao questionar-se sobre a possibilidade de ocorrer uma reforma cultural, ou seja, uma elevação civil das camadas mais baixas, sem uma anterior reforma econômica, uma mudança nas posições sociais e no mundo econômico, Gramsci reafirma a base de seu pensamento marxista ao retomar a perspectiva materialista histórica dialética respondendo que a primeira não pode prescindir da última:

É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (Ibidem, p. 19).

Ao refletir sobre a atividade política do moderno príncipe, Gramsci fundamenta seu caráter em uma intuição já presente em Maquiavel, que diz respeito ao que irá chamar de “Centauru maquiavélico”, ou seja, a relação dialética entre autoridade e consenso. Isso porque, já no *Príncipe* não faltam “referências ao momento da hegemonia ou do consenso, ao lado daqueles da autoridade ou da força” (Ibidem, C13, §5, p. 22), explicitando uma natureza dúplice e dialética “ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal [...], da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia” (Ibidem, C13, §14, p. 34).

No §17 do caderno 13, ao discorrer acerca da *Análise das situações: relações de força*, Gramsci aponta um princípio de metodologia da análise histórica muito cara para nós, uma vez que elucida que, para o estudo de uma determinada estrutura, um determinado período histórico é necessário distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos conjunturais, que se apresentam como ocasionais, imediatos e quase acidentais. Isso porque, por vezes, prolonga-se por muitos anos crises que revelam que “as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Esses esforços [...] formam o terreno do ‘ocasional’.” (Ibidem, C13, §17, p. 37).

Seguindo nesse rastro, perguntamos para efeito de condução da reflexão: O que é ocasional para pensarmos a política brasileira nos últimos anos? Provavelmente, esta pergunta não frequenta nossas indagações apenas para facilitar o que destacamos no título como “ocasionalidades” da política brasileira, mas sim para promover encaminhamento para pensar o conceito de partido político na construção da vontade coletiva, tendo como perspectiva que existe uma relação dialética entre classe e partido (FROSINI, 2016). O partido teria a função de equilibrar os interesses entre o grupo social que representa,

exercendo o poder através de uma função hegemônica ou função de direção política, propondo e até impondo um projeto societário.

No §23 do Caderno 13, Gramsci reúne elementos para pensar *a estrutura dos partidos no momento de crise orgânica*, o que está estritamente relacionado às notas do §17, em que o autor deslinda sobre *as situações e as relações de força*. Trata-se de um escrito ímpar para pensar a realidade brasileira no seu momento de crise, crise esta adjetivada por inúmeras características fortuitas e pragmáticas, mas que de fato se ancora como determinante e crucial para pensar a conjuntura brasileira. “Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.” (GRAMSCI, 2007, C13, §23, p. 60). Fala-se de crise como se fala em mudanças que ocorrem corriqueiramente no cenário político. O termo crise passou a ser adotado como “pretexto” para justificar qualquer disfunção no conjunto das ações políticas. Porque, como diz Gramsci, a “crise cria situações imediatas perigosas”, e é neste clima que se criam as oportunidades de combinar estratégias políticas e econômicas com a construção do consenso no senso comum.

Todo sinal de força, em detrimento do consenso, evidencia uma situação de crise de hegemonia da classe dirigente que fracassou politicamente e necessita recorrer à coerção. Em Gramsci essa relação não é mecânica, o consenso pode assumir formas elevadas em articulação com o aumento da coerção. Mas no cenário de coerção é comum que as classes subalternas tenham superado a passividade política em nome de certa atividade ou reivindicação.

Segundo Gramsci (2007), esta crise, denominada pelo intelectual de orgânica, pode ser o campo aberto para a revolução, desde que também haja intelectuais para fazê-la, intelectuais orgânicos organizando as massas dos trabalhadores em torno do intelectual coletivo, em torno do partido.

Importa, assim, diferenciar o que é orgânico, o que é a grande política, do que é a pequena política, os aspectos estruturais, dos aspectos eventuais. Não se pode reduzir os aspectos de crise à economia. Uma crise econômica profunda pode abrir um processo revolucionário, ou não. Cabe um conjunto de aspectos que irão direcionar um rumo a outro, não apenas o econômico.

A crise orgânica ocorre porque, grandes massas, entram num movimento caótico, as classes médias entram no desemprego. E a resposta às reivindicações das grandes massas acaba sendo o triste espetáculo de uma política pobre e mesquinha. Gramsci diz que há falta de consenso entre sociedade política e sociedade civil.

Seria possível também justificar o fato de que os interessados em que a crise se resolva de seu próprio ponto de vista finjam acreditar e proclamem em alta voz de que se trata da ‘corrupção’ e da dissolução de uma série de ‘princípios’ (imortais ou não): cada um é o melhor juiz na escolha das armas ideológicas mais apropriadas ao fim que pretende alcançar, e a demagogia pode ser considerada uma excelente arma. (GRAMSCI, 2007, C13, §37, p. 96).

O processo de crise não é simplesmente incompetência governamental, e sim uma crise de reprodução do capital.

Portanto, a constância (que ‘tolera’ crises conjunturais) é aqui um caso de limite de variação, que por sua vez se condensa em crise orgânica. [...] Uma vez unificadas as acepções hegemônica e econômica da crise, esta torna-se um aspecto presente também nas fases de ‘desenvolvimento’, mesmo que de forma constantemente iludida. [...] a ‘crise tem origens internas, nos modos de produção e, portanto, de troca, e não em fatos políticos e jurídicos’. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 161).

Numa leitura gramsciana, estamos numa crise orgânica. A revolução passiva⁴ reorganiza o poder da classe dominante, com concessões à classe trabalhadora. Gera mais alienação, assim, não se pode dizer que seja progressista. Outra característica dessa crise orgânica é a devastação da classe (que vive do trabalho) com desemprego estrutural. Crises que geram períodos de depressão mais longos não são novidades no capitalismo. Por mais totalizante que sejam, elas partem da estrutura, da produção capitalista. A crise orgânica para Gramsci tem abalo no bloco histórico, é uma dimensão da crise estrutural. Mas como uma dimensão estrutural, a crise orgânica abala a combinação do bloco histórico, estrutura e superestrutura.

Para Fabio Frosini (2016) o príncipe com uma roupagem nova, é também um príncipe novo que preenchendo espaços novos, promove uma nova constituição relacional. Frosini destacando que as coisas em Gramsci são muito mais complexas, e menos lineares do que se mostram numa primeira apresentação, e que:

Para Gramsci, com efeito, só é possível tornar a propor o príncipe de Maquiavel no mundo contemporâneo sob a condição de que seja transformado de acordo com duas modalidades fundamentais. A primeira, a mais conhecida, reside aqui: o príncipe “*não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto*”... A segunda, nela implícita, mas talvez menos visível, é a passagem da *figura pública para a privada*, de indivíduos que, para usar os termos de Maquiavel, “de privado” venha a se tornar

⁴ “Na realidade, trata-se de um dos tantos modos de ‘enquadrar o mundo’, de uma das tantas formas de racionalismo anti-historicista. [...] a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que será ‘conservado’ da tese na síntese, sem que se possa ‘medir’ a priori os golpes como em um ringue convencionalmente regulado.” (GRAMSCI, 2015, p. 292 - Q10§6). “[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro.” (GRAMSCI, 2015, p. 299 - Q10§9).

Frosini (2016) ao trazer que para Gramsci o novo príncipe no mundo contemporâneo tem como condição que não é um indivíduo concreto, ou seja, uma pessoa real, e que esta condição da passagem da figura que para transformar-se em príncipe desenvolve/atua construindo uma ação política através de aparelhos privados de hegemonia. Para ele a união do espaço privado ao espaço público “cancela a diferença entre ação política e provisão governamental, existindo na natureza das relações, uma “natureza anfíbia” entre o privado e o público no moderno príncipe, e o que há para Gramsci é uma política do moderno príncipe que une o espaço privado ao espaço público.

Aquilo, que diferencia príncipe e moderno príncipe é, em síntese, o fato de que, para o primeiro, a busca do consenso popular é um elemento subordinado e acessório, funcional para a afirmação da lógica da soberania, ao passo que, no segundo caso, a busca do consenso popular é parte integrante da *forma* de estado que o partido tem em vista construir, para conquistar sua própria legitimidade. (Idem p.41)

Então, em *O príncipe* como um manifesto de partido, em Maquiavel teria, desempenhado papel pedagógico de massa, mas em sentido completamente novo. Trazendo implicitamente o papel pedagógico, onde a vontade coletiva surge para um “determinado fim político”, o príncipe moderno, que é novo em suas modalidades possui como fim reproduzir plasticamente a vontade coletiva.

A partir de então, se considerarmos o pensamento de Frosini, o papel pedagógico do partido na organização da vontade coletiva traz os interesses de classe com finalidades específicas, interesses favorecidos por ocasionalidades, que propõe a organização da vontade coletiva para determinado fim político. Ainda observando o que diz Frosini, apoiado em Gramsci na esteira de Maquiavel, a organização pedagógica objetivando o consenso pertence ao campo da ocasião, ou seja, de uma coisa cujo grau de realidade depende diretamente da tempestividade da intervenção política para realizá-la.

E perguntamos para efeito de condução da reflexão: O que é ocasional para pensarmos a política brasileira nos últimos anos? E qual a intervenção da Rede Globo em momentos específicos, que a caracteriza como partido político, a partir desta perspectiva? Provavelmente, estas perguntas não frequentam nossas indagações apenas para facilitar o que destacamos no título como “ocasionalidade” da política brasileira, mas sim para promover encaminhamento para pensar o conceito de partido político na construção da vontade coletiva, tendo como perspectiva que existe uma relação dialética entre classe e partido (FROSINI, 2016). O partido teria a função de equilibrar interesses entre o grupo social, que

representa, exercendo o poder através de uma função hegemônica ou função de direção política, propondo e até impondo um projeto societário.

Dito isto, podemos pensar a Rede Globo, considerando-a como partido político, é levar em conta a intervenção da burguesia brasileira nos processos eleitorais e na condução da política brasileira, quer influenciando nas campanhas, ou até mesmo fazendo ressonância contra mandatos já decididos nas urnas. A Rede Globo vem assumindo o papel por décadas no Brasil, de conduzir a vontade nacional popular ao consentimento à uma política miúda, organizada em torno de conjunturas que justificam as escolhas de projeto societário iludindo a população com o discurso da crise, que como já foi dito neste texto, é própria da sociedade capitalista. Também pensar a Rede Globo como partido político é pensar ela enquanto organização possui uma “previsão estratégica”, que tem como objetivo uma intervenção política, pois nos moldes de um novo príncipe, intenciona o poder de decisões nas esferas do poder político. Isso porque, segundo Gramsci (2007)

O moderno Príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2007, C13, §1, p. 16).

Trazemos neste texto a possibilidade de pensar o partido político a partir do resgate por Gramsci da figura do moderno príncipe, que ao recorrer às características do Príncipe de Maquiavel, traz elementos que eram novos para o pensador sardo no período do cárcere, e que continuam de uma atualidade gritante para pensar novas configurações nas relações de forças nas mediações da vontade coletiva na atualidade brasileira.

2. Sobre a relação mídia e política: 1989 e 2016

Considerando que o partido pode ser um jornal, uma revista, dentre outros meios que possam agregar valores, força e potência para construir uma vontade coletiva. Neste caso específico, um ministro morre, outro ministro surge, um político é solto, outro é preso, e a Rede Globo permanece. Ou seja, permanece no jogo das relações de força, estabelecendo-se como um organizador da vontade coletiva.

A Rede Globo de televisão é a segunda maior rede de televisão do mundo, perdendo apenas para a norte americana ABC. Conforme informações fornecidas em seu próprio site, possui a capacidade de atingir com sua programação diariamente das 7 horas da manhã até às

24 horas, mais de 97 milhões de pessoas, estando presente em 190 países. Alcançando 99,6% da população brasileira e 98,6% do território nacional. Traz também no site oficial a informação que a “Educação sempre foi nossa causa e o nosso compromisso”, com influência garantida no imaginário político e cultural da população que seguindo sua programação, seguem os modelos de comportamento cotidiano e na formação da opinião pública. A Rede Globo de televisão é apenas parte das empresas do Grupo Globo, que comporta diversos meios de comunicação, como canais televisivos, editoriais impressos, mídias digitais, fundações e institutos que fazem parte de um grande complexo de mídia.

A Rede Globo por ser a maior rede de televisão do país é uma das maiores do mundo, a emissora possui uma capacidade sem paralelo de influência cultural na política e nas relações sociais. Desde a sua fundação em 26 de abril de 1965 a empresa possui um longo histórico de contradições, envolvida nas questões sobre a condução da política. No início da ditadura empresarial militar, apoiou a censura aos noticiários, e em sua programação amenizava e, na maioria das vezes, omitia o que acontecia com aqueles que eram oposição ao poder militarizado vigente. Segundo críticos da emissora, o apoio dado ao golpe militar e à censura aos noticiários e aos movimentos pró-democracia, promoveu benefícios ao grupo da família Marinho. Em 2013, em editorial 49 anos depois, no Jornal Nacional, principal telejornal da emissora, que vai ao ar todas as noites de segunda a sábado, reconheceu que foi um “erro” o apoio ao golpe militar de 1964, e pediu desculpas ao público.

Controvérsias à parte, o Sistema Globo cresceu e, conseqüentemente, cresceu a fortuna da família Marinho, que figura entre as que mais concentram renda e patrimônio no país. Ao pensar a composição da burguesia brasileira na atualidade, Marcelo Badaró (2018) destaca que existe uma concentração de renda resultado dos negócios promovidos pelos meios de comunicação e produção cultural, segundo Badaró o “Brasil é um campeão de desigualdades, pois são apenas seis os bilionários que concentram a riqueza equivalente à de metade da população (cerca de cem milhões de pessoas)” (BADARÓ, 2018, p.41) e entre estes seis mais ricos do Brasil um deles é herdeiro das organizações Globo. Interessante acrescentar nesta observação de Badaró é que na propaganda institucional da Rede Globo em seu canal aberto em 2018 no *slogan* referindo-se ao público, cantarolava-se que “Somos cem milhões de uns todos os dias”. Retratando a quantidade da adesão e, simultaneamente, fidelizando uma relação de pertencimento da programação com o público que a assiste à emissora “todos os dias”.

A eleição presidencial no Brasil em 1989 é entendida como uma ocasião emblemática para discussão sobre a relação da mídia com a política, colocando esta relação em um outro

patamar, que vai além da divulgação das pesquisas de opinião. Em 1989 foi evidente o apoio ao então candidato Fernando Collor de Mello, que disputava o cargo de Presidente da República com Luiz Inácio Lula da Silva, tornando-se explícito este direcionamento no último debate às vésperas do segundo turno.

Trazemos para nossa observação utilizando a eleição de 1989, três aspectos verificados na relação da mídia e a política, que na nossa análise são indicadores para cotejar de forma ilustrativa a afirmação que a Rede Globo de Televisão traz o perfil do partido político, identificando-se com o Moderno Príncipe. O primeiro aspecto da relação mídia e política no pleito de 1989 aponta o candidato Fernando Collor de Mello como um “fenômeno midiático”, pois o transforma de um desconhecido nacionalmente, já que a sua atuação política era restrita ao nordeste (especificamente ao Estado de Alagoas), em o “salvador da pátria”, caçador de marajás; o segundo aspecto é o HPEG – Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, que na televisão do momento da abertura democrática continha novos elementos visuais promovidos por especialista em propaganda, mudando os estilos das campanhas eleitorais e trazendo também como indagação se o horário eleitoral veiculado na televisão era capaz de gerar fatos políticos, e até que ponto o tempo maior ou menor na televisão através do HPEG favorecia ou não aos candidatos? Terceiro, houve um declínio da influência partidária, no que tange o partido tradicional *strito senso*, surgindo no cenário político, e isto não é apenas no Brasil, uma nova forma de representatividade e pertencimento de grupo que extrapolou o círculo do partido, e talvez este seja o ponto nevrálgico da questão.

Considerando estes três aspectos, torna-se necessário prestar atenção na influência da comunicação de massa, principalmente na televisão aberta, que na virada dos anos de 1980/1990 mostrava-se como um veículo de decisão no processo político brasileiro, hoje ainda muito influente é acrescida das diversas mídias contidas nas redes sociais. As pautas televisivas nos anos de 1980/90 trouxeram mudanças nas representações individuais e influenciaram as opiniões sobre o comportamento político e as decisões individuais sobre o voto no período eleitoral, passando a ser real e norteador de comportamento para o senso comum o que passava na televisão, mesmo que embrulhado em ficção, nas novelas e séries que retratavam a realidade do país, consolidando através da programação uma indústria cultural, que ampliando as possibilidades da abertura democrática, promovia uma “revisão” na censura.

Assim, a mídia não poderia mais ser vista apenas como veículo ou instrumento, pois apesar da Rede Globo ser uma empresa de comunicação, deixava de ser apenas canal transmissor de informação, para canal produtor de conhecimento e promotor da agenda

pública e responsável pela temperatura dos acontecimentos políticos, comprometida com uma posição de classe, e no caso da empresa Globo, com os valores da burguesia dirigente no Brasil.

Passados trinta anos, perguntamos: o que foi 1989? Podemos responder que no Brasil 1989 é marcado pela primeira eleição direta para presidente da república. Mas, também que em 1989 a crise econômica era pauta no Brasil, que vindo de diversos planos econômicos (Cruzado I e II, Bresser e Verão) trazia também um grande desgaste ao governo Sarney, o “Fora Sarney” era inscrição nos muros, que tinha na avaliação uma frustração daqueles que achavam que a abertura democrática traria um Brasil de novas oportunidades.

Vivendo um momento de redemocratização e de transição política, as expectativas eram muitas para as eleições de 1989, pois era a primeira eleição direta para presidente depois do período do Regime Militar. O pleito de 1989 foi uma eleição chamada de “eleição solteira”, só para o cargo de presidente. Foram 22 candidatos à eleição presidencial, dentro das pluralidades de partidos políticos oficiais, a eleição levou ao segundo turno Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional. As pesquisas eleitorais demonstravam um empate técnico.

Lula, oriundo do movimento sindical paulista dos anos de 1970, fundador do PT, era deputado federal na Constituinte, e Collor, filho de Ministro, foi prefeito nomeado durante a ditadura e deputado federal pela ARENA (Aliança para Renovação Nacional), era governador do Estado de Alagoas (tinha como mote da campanha presidencial a moralidade – ele era o caçador de marajás). Os dois candidatos representavam diferentes interesses de classe, consequentemente explicitavam a luta de classes pela disputa da hegemonia na plasticidade e na audiência da televisão.

Então, mais do que responder o que era o Brasil em 1989, importante entender o que era o mundo em 1989, e quais as influências do que acontecia na política mundial na abertura democrática no Brasil.

Os meios de comunicação ajudaram a consolidar a imagem messiânica de salvador da pátria que Collor cultivou e propagou durante a campanha. Não podemos desconsiderar que o discurso da doutrina neoliberal tem a porta aberta através da eleição de Collor, o cenário internacional de quebra de paradigmas foi reforçado com imagens da queda do Muro de Berlim como uma vitória do capitalismo, como se o mundo vivesse um arrependimento pelas revoluções socialistas. A televisão foi canal para afirmar que ideias socialistas não eram bem vindas no Brasil, também um veículo ideal de divulgação da doutrina neoliberal, que sorrateiramente conquistou o “milhão de uns” para através de uma pedagogia da hegemonia

apoiar o projeto do grande capital que Collor era representante. Contudo, Collor não deu conta das exigências da grande burguesia nacional e internacional e sofreu *impeachment* num processo que transcorreu no final de 1992.

A Edição do debate da Globo destacou o “melhor” de Collor e o “pior” de Lula. A pauta era derrubar Lula: “Collor homem honesto e Lula operário despreparado”. É o que nos mostra o texto da Folha de São Paulo de 30 de setembro de 2006 com o título: “Edição de debate pelo "JN" em 1989 causou polêmica”, traz em seu corpo, que:

Em 1989, a edição do último debate do segundo turno exibida pelo "Jornal Nacional" causou polêmica. A emissora foi acusada de favorecer Fernando Collor. Até o debate, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vinha crescendo nas pesquisas e ameaçava a vitória de Collor. O "JN" mostrou 3 minutos e 34 segundos de falas de Collor e 2 minutos e 22 segundos de Lula. Em todas suas aparições, Collor atacou Lula ou o PT. Lula não atacou Collor em nenhum dos trechos exibidos pelo jornal. Além das imagens, o "JN" também usou uma pesquisa do instituto Vox Populi com números muito favoráveis a Collor na avaliação que os eleitores fizeram do debate. Antes, a emissora preferia usar os números do Ibope. *A Globo diz que sua edição transmitiu a realidade do debate*. Para Ricardo Kotscho, então assessor de imprensa de Lula, porém, a edição do "JN" transformou uma simples vitória de Collor em um "massacre". A exibição no "JN" de uma edição mais favorável a Collor do que a veiculada no mesmo dia no "Jornal Hoje", mais neutra, teria contado com o aval de Roberto Marinho, dono das Organizações Globo morto em 2003, ou, dependendo da versão dos jornalistas envolvidos no caso, teria sido fruto de uma ordem dele, contrariado com a edição do "Jornal Hoje". A edição gerou uma polêmica entre Marinho e o homem-forte da emissora, José Bonifácio de Oliveira, que em 17 de dezembro de 1989, dia do segundo turno, disse à Folha, que a edição ficara "mais favorável a Collor" e que houve "erro de avaliação" do jornalismo da Globo. *"Boni é o melhor especialista em televisão do Brasil, mas nunca o tive como especialista em questões eleitorais", rebateu Marinho.*(FOLHA DE SÃO PAULO,2006; grifos nossos).

A matéria do Jornal Folha de São Paulo, demonstra como a Rede Globo agiu na ocasião referida, não só na condução da informação veiculada, mas também nos bastidores onde as decisões do que é pauta e como a mesma é construída na programação, demonstrando claramente quem define o que vai e o que não vai ao conhecimento da população.

A outra ocasião que queremos destacar faz parte de um processo da conjuntura recente, que novamente traz a atuação da Rede Globo enquanto organizadora da vontade coletiva da classe dominante. Tratamos agora do processo de *impeachment* da então presidenta eleita Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, que pôs fim ao seu segundo mandato iniciado em 2014. Embora nos limites deste artigo não nos permita contextualizar a análise sobre a conjuntura que caracterizou o *impeachment* enquanto golpe jurídico-parlamentar, podemos afirmar que a ocasião traz elementos de “manobras” que tiraram o mandato de Dilma conquistado em eleições livres com mais de 54 milhões de votos.

A Rede Globo com o intuito de alimentar um consenso, favoreceu uma jornada antigoverno do PT, onde através de associação direta do PT aos escândalos de corrupção investigados pela operação lava-jato, objetivando criar um consenso em torno da ideia de criminalização de tudo que estava associado ao PT e aos mandatos Lula/Dilma, com a intenção de legitimar o golpe junto a opinião do público, fomentando um perigoso sentimento anti-petista que trouxe a polarização como consequência para o cenário político dos anos que se seguiram, caracterizando o golpe como parlamentar midiático, mas a polarização posterior ao *impeachment* é assunto que merece outro artigo.

Uma vez contextualizando o ano de 2016 e processo de *impeachment* como situação comparativa ao ano de 1989, a ocasião que queremos destacar, embora precisássemos de mais linhas, são as manifestações de 13 de março que demonstra a cobertura jornalística seletiva dada pela Rede Globo.

As manifestações de rua que ocorreram no Brasil em 13 de março de 2016 foram manifestação produzidas, ou seja, organizadas e incentivadas por um determinado grupo social que motivados pelo ódio ao PT e um apoio idólatra ao Juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava-Jato. Com faixas, cartazes e bonecos financiados por associações empresarias destilavam ódio ao PT e conseqüentemente aos seus líderes, Lula e Dilma; para Lula pediam punição através da lava-jato e para Dilma o *impeachment*, apregoando um extermínio ao PT. O papel da mídia neste domingo foi pela manhã convocar, à tarde reforçar o convite, à noite demonstrar resultados, tudo em *flashes* ao vivo, demonstrando a população uniformizada de verde e amarelo nas ruas do Brasil pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma numa “mobilização do andar de cima” numa indignação seletiva, como afirmou Marcelo Paula de Melo (2017).

Uma determinada parte da imprensa ao demonstrar sistematicamente esta indignação com a corrupção desvelada pela operação Lava-Jato, demonstra a seletividade que o foco das denúncias ganham nos holofotes da imprensa sobre o governo do PT, excluindo dos noticiários e também das indignações os demais atores políticos que povoaram o cenário da corrupção nos últimos anos no Brasil, muitos que apareceram nas delações e posteriormente nas provas dos processos, mas que seletivamente não apareceram nos noticiários, ou quando apareciam tinham tempo reduzidos se comparados com o que podia causar escândalo ao PT.

Poderíamos destacar várias situações que ilustram como a imprensa teve papel norteador na condução do processo em torno do que ocasionou o *impeachment*, porém para este texto salientamos a cobertura da Rede Globo para o domingo 13 de março, pois consideramos que semelhantemente ao ocorrido em 1989 a Rede Globo através dos

destaques na cobertura teve claramente a intencionalidade de condução da informação. A Rede Globo como a grande empresa midiática, principalmente no que tange o canal aberto, acessível a 98% dos brasileiros, teve no dia 13 de março toda sua programação de domingo alterada pela pauta da “mobilização pelo *impeachment*”. Para além da cobertura durante todo o dia, queremos fixar nosso olhar na matéria do Fantástico, programa jornalístico dominical da Rede Globo, que funciona como uma revista semanal,

Os batedores de panela⁵, não sabemos precisar exatamente quando eles apareceram na cena política nacional, mas estavam sempre presente no JN, como sinalizadores de insatisfação com o PT. Contudo, embora estes afirmassem fazer barulho em protesto à corrupção, mas uma vez era uma ação seletiva e direcionada contra o PT, pois as painelas não soaram durante o noticiário quando os envolvidos eram de outros partidos, como PSDB e MDB, demonstrando explicitamente a indignação seletiva e permeada de hipocrisia.

A votação pelo processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, em 26 de abril de 2016, também num domingo, teve cobertura integral, ocupando sem intervalos todo espaço da grade dominical da Rede Globo, foram 9 horas e 47 minutos de votação com cobertura integral, que culminou com o afastamento temporário da Presidente e conseqüente encaminhamento do processo para o Senado Federal, onde em 31 de agosto definiu a perda do mandato da Presidente Dilma Russeff por 61votos a favor e 20 votos contra. Vale destacar que para a votação no Senado, não teve cobertura integral ao vivo pela Rede Globo, apenas destaques durante a programação ordinária, com ênfase para o placar, como se fosse o resultado de um jogo de futebol.

Considerações finais

A pretensão desse texto não foi aprofundar uma análise comparativa entre momentos da política brasileira, mas provocar uma reflexão trazendo à atualidade a relevância do pensamento que Antônio Gramsci traz nas notas do Caderno 13, ao repensar a figura do Príncipe de Maquiavel, e como as “ocasionalidades” aparecem como estratégias de ação política tendo no discurso da crise sua roupagem preferencial. Obviamente, que é tema para mais conversa e mais aprofundamento.

Contudo, queremos considerar com estes dois momentos que a atuação da grande mídia manipulou e direcionou a opinião pública com o objetivo de construir um consenso em

⁵Pessoas que iam para janela bater panela na hora do Jornal Nacional, ou durante pronunciamentos da Presidente Dilma em Rede Nacional, transmitido pelo televisão.

torno de um projeto neoliberal que cercava a candidatura de Collor; e também que mesmo depois de mais de duas décadas, o projeto societário comprometido como o capital não poupou investimentos para da mesma forma no processo de *impeachment* de Dilma direcionar a opinião pública através da mídia para o consenso ao projeto de expropriação neoliberalizante. Nos dois momentos desqualificando e associando o governo do PT à crise econômica e à corrupção. A velha roupa, a crise utilizada em momentos diferentes para vestir uma nova forma de organizar a vontade coletiva, o que corrobora ao nosso entendimento de que a Rede Globo de Televisão cumpre uma função de partido, ou do Moderno Príncipe no sentido gramsciano.

Lembramos de Marx (2010) no Dezoito Brumário de Louis Bonaparte destaca que a História se reedita, e que “os homens não fazem suas histórias espontaneamente”, assombrados pelo passado são compelidos a repetir textos e figurinos, às vezes personagens inteiros.

Referências Bibliográficas

AVELAR, Lúcia. **As Eleições na Era da Televisão**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, nº32, 1992, p. 42-57.

BADARÓ, Marcelo. **Sete Notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p.41-73.

FROSINI, Fábio. **Maquiavel o revolucionário**. Ideias & Letras, São Paulo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - Volume 1: introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 8ª ed.

_____. **Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3ª ed.

_____. **Cadernos do Cárcere - Volume 6: Literatura. Folclore. Gramática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUAZINA, Luziane. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

KOWALSKI & SANTOS, Camila e Nina. **A Mídia nas Eleições de 1989**. Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2 a 6 de setembro de 2010.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de Silvio Donizete Chagas, São Paulo, Centauro Editora, 6ª edição, 2008.

MELO, Demian. “Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-64 e os desafios do tempo presente”. In. **Espaço plural**. Nº 27, 2012. p. 39-53.

MELO, Marcelo Paula de. **Brasil Neoliberal. Dos anos Lula ao Golpe de 2016**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

SEMERARO, Giovanni (Org.) **Filosofia e Política na Formação do Educador**. Ideias e Letras, São Paulo, 2004

_____. A concepção revolucionária da política em Gramsci: uma análise do Caderno 13. **Movimento – Revista de Educação**, Niterói, ano 4, n.6, p. 34-53, jan/jun. 2017.

www.redeglobo.globo.com acesso em 20 de abril de 2019

www.g1globo.com acesso em 20 de maio de 2019

www.folhaoul.com.br acesso em 20 de maio de 2019